



Entrevista Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência

Contratações de docentes vão ser as “estritamente necessárias”

Nuno Crato diz que os cortes não são um sinal de “menosprezo pela educação” e que as reduções são, em grande parte, em pessoal

Clara Viana, João d’Espiney e Miguel Gaspar

● No próximo ano lectivo chega ao ensino secundário o primeiro grupo de alunos abrangido pela escolaridade obrigatória até aos 18 anos. Num contexto de contenção de custos vai ser possível cumprir este objectivo?

Está tudo em aberto. Estamos a estudar como será possível prolongar a escolaridade obrigatória com o que isso significa em número de turmas, de alunos, de professores. Não queremos que este prolongamento seja, pura e simplesmente, a continuação do ensino tal como existe hoje. Precisa de ser repensado em termos de oferta profissional. Estamos a ver quais são as possibilidades de diversificar a oferta também para que alguns alunos possam iniciar uma vida profissional ao mesmo tempo que continuam na escola. Os cortes propostos para a Educação são mais do que o triplo do previsto no acordo com a *troika*. Porque é que foram mais longe?

No memorando há um tecto que é estabelecido a partir da redução do défice e da dívida. Além deste tecto estão identificadas algumas áreas em que devem ser tomadas medidas de racionalização. Mas não está, de forma alguma, explícito ou implícito que, tomadas essas medidas, tudo está feito. Estas medidas são um subconjunto daquilo que é necessário fazer. São o que foi possível identificar na altura, pelo Governo, como sendo obrigatório fazer para atingir o objectivo geral. A Educação não deveria ser considerada um sector estratégico e de alguma forma ser poupada a esse tipo de cortes?

Os sacrifícios têm de ser repartidos por todos. É verdade que a educação é um sector estratégico, mas também a saúde ou a segurança pública. Quase metade (46,7 por cento) do pessoal da administração central está no Ministério da Educação. É um valor extraordinário. Isso significa que

as reduções têm de ser, em grande parte, em pessoal e que têm de se reflectir na educação. Não há nenhum menosprezo pela educação. Qual é a ordem de grandeza da redução da dotação do ministério em 2012? É de 400, 600 ou mais de 800 milhões de euros?

Depende do quadro que se leia. Estamos a falar de 1500 milhões de euros. Temos três vectores. 644 milhões que derivam dos cortes dos subsídios de férias e de Natal. Depois temos 268 milhões que são aquilo que se pode chamar uma redução prudencial das receitas consignadas. Houve em 2011 uma sobrestimação da capacidade de obter fundos comunitários que nós agora não fazemos. E depois há 600 milhões de medidas de racionalização, das quais 150 milhões para o superior 450 para o básico e secundário. Uma das medidas previstas é a reorganização e racionalização dos currículos. Quais são os princípios que vão presidir a essa reorganização?

A lógica geral é independente desta lógica monetária. Defendo, independentemente de todos estes cortes, que é necessário reduzir o número de disciplinas no ensino básico, que é necessário concentrar nas disciplinas essenciais, que é necessário eliminar a dispersão na oferta curricular, que é necessário reforçar o Português e a Matemática, que é necessário dar mais atenção à História, à Geografia, às Ciências, ao Inglês. O princípio da reorganização é este: como é que vamos conseguir que os jovens saibam mais nestas questões centrais?

Mas esta reorganização também é apresentada como uma medida de poupança.

Também é uma medida de poupança. Por exemplo, a eliminação de Área de Projecto no 2.º e 3.º ciclo permite uma poupança de 50 milhões.

Em professores?

Em deslocamento de professores para outras áreas. São números brutais quando multiplicados por cinco mil escolas, 140 mil

Reorganização curricular vai centrar-se nas “disciplinas essenciais”



professores. É altura de se falar verdade e começar a ver que tudo isto tem um efeito brutal sobre o contribuinte. Num momento que estamos a tentar racionalizar tantas coisas, temos também de pensar no ensino o que é essencial. Mas não estamos a pôr nada disso em causa. Mas temos de tomar uma série de medidas para que apenas sejam contratados, para além dos professores dos quadros, aqueles que sejam estritamente necessários [serão cerca de 28 mil os professores que não estão nos quadros]. Está a dizer que temos professores a mais?

É preciso dizer isto com clareza: não estamos em época de contratar mais professores do que o estritamente necessário. Isto significa que vamos ter uma grande contenção na contratação de professores. O número de disciplinas vai ser reduzido?

Existem duas medidas principais que estão em estudo neste momento. Uma diz respeito à disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no

Obras da Parque Escolar vão ser reavaliadas

Ministro garante que a dotação do Orçamento do Estado para a empresa é zero

Já sabe o que vai fazer à Parque Escolar?

A Parque Escolar está a ser auditada pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção-Geral de Finanças. O problema é o seguinte: deixada em roda livre, iria conduzir a um endividamento de 2500 a 3000 milhões de euros, que é uma coisa brutal. O que fizemos? Dissemos à Parque Escolar para suspender todos os concursos e para reavaliar os custos nas obras que estão em curso em 72 escolas. Seria completamente disparatado pará-las, mas é preciso procurar soluções mais económicas e eliminar partes não-essenciais da construção. Por exemplo, se estavam previstos dois auditórios, ver se é possível construir só um.

E prolongar as obras mais tempo, de forma a não concentrar todos

os custos neste ano.

Faz ou não sentido haver uma empresa como a Parque Escolar?

Não vejo mal nenhum no modelo da empresa. O que vejo mal é partir-se do princípio de que o dinheiro é infinito e que se fazem obras luxuosas sem atender às limitações financeiras do país. Mas, neste momento, não há nenhuma verba para a Parque Escolar no orçamento de 2012. Existem receitas próprias de cerca de 95 milhões de euros: de rendas, que são um pagamento que se tem de fazer, e de outras receitas da empresa, O investimento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional é de 333 milhões e 80 milhões de endividamento ao Banco Europeu de Investimento. Tudo isto faz 508 milhões. Mas a dotação do Orçamento do Estado é zero.



MIGUEL MANSO

“Há de facto um choque com a realidade”

Nuno Crato diz que a sua acção é coerente com o que sempre defendeu

A suspensão dos prémios de mérito dos alunos do secundário não está em contradição com o que sempre defendeu?

Não. Isso foi muito empolado e houve uma grande falha de comunicação. Nós não suspendemos os prémios de mérito. Queremos mesmo generalizá-los. O que achámos é que não fazia sentido retribuir o mérito com dinheiro. Não é a mensagem certa. As mensagens certas são duas. Primeira: és um bom aluno, mereces ser reconhecido como tal com um diploma. É o símbolo do orgulho que a sociedade tem em ti. Segunda: quem recebe o dinheiro deve ser apoiado mas face a programas específicos. Queremos apoiar quem precisa de dinheiro para prosseguir os seus estudos. As bolsas de acção social do ensino superior são a expressão disso.

Como viu a sociedade civil a mobilizar-se para pagar esses prémios?

Bem. Mas era uma contestação à posição do ministério. Houve casos em que isso aconteceu, mas a contestação em democracia é normal. No entanto, houve quem entregasse os prémios e dissesse que não era uma contestação ao ministério, como a Ordem dos Engenheiros. Essa falha de comunicação que mencionou tem a ver com a máquina do ministério? É uma máquina tão grande... **O que vai acontecer ao programa Novas Oportunidades?**

A Agência Nacional de Qualificação, que agora vai mudar de nome e ser reorientada para a formação profissional de jovens, teve coisas positivas e negativas. É negativo estar a distribuir diplomas como que a vulgarizar algo que deve estar associado claramente à competência. Claro que é importante reconhecer as capacidades dos adultos. **Como é que o ministro Nuno Crato convive com o crítico da Educação com o mesmo nome?** Convivo bem [risos]. Eu acho que há uma coerência. O que há de novo em mim é uma consciência das dificuldades do país que eu não tinha, e que o país não tinha, há um ano. A preocupação com a qualidade do ensino, com o conhecimento, com o mérito, com a avaliação, mais exames e mais rigorosos, tudo isso é exactamente a mesma coisa. **Não teve um choque com a realidade que tenha mudado a**

sua perspectiva ao perceber que nem sempre se consegue fazer tudo aquilo que queremos...

Isso de certeza. Nem sempre conseguimos. **Não se vê como um mero executante dos cortes, como já se diz em alguns blogues de docentes?** Eu tenho que fazer as duas coisas. Tenho procurado fazer melhor com menos. É difícil mas vamos conseguir. **Está arrependido de ter aceite o desafio?** [risos] Não, não estou. Mas há de facto um choque com a realidade e com a tarefa imensa que tenho pela frente e que, como dizem os americanos, eu recebo com humildade. **Quer ficar até ao fim da legislatura?** Claro. Quando assumimos um compromisso destes é para toda a legislatura. Não fazia sentido assumi-lo de outra maneira.



9.º ano de escolaridade. Nesta idade, a maioria dos jovens já domina os computadores perfeitamente e é questionável que seja necessário ter uma disciplina de TIC no 9.º ano.

A outra tem a ver com o chamado par pedagógico em Educação Visual e Tecnológica (EVT). Percebo que seja bom ter dois professores na sala de aula, mas não estamos em época de o fazer. Estamos em época de pensar se não se deverá separar curricularmente a Educação Visual e a Educação Tecnológica e os professores alternarem a docência. O actual ministro Paulo Portas foi um dos que mais se insurgiram contra o fim do par pedagógico em EVT quando isso foi proposto pela sua antecessora.

Não me compete estar a defender ninguém, mas nós não estamos a pensar nos termos anteriores. Porque nos termos anteriores havia um currículo, um programa, que incluía o par pedagógico. E havendo um programa que o incluía, não fazia sentido acabar com ele. Estamos a pensar é numa reformulação curricular que permita ter as duas disciplinas em separado. **Na sua opinião, qual é então**

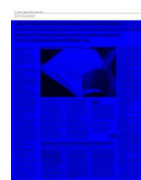
o número de professores estritamente necessário?

É um bocadinho menos do que temos hoje. Não consigo quantificar. Apesar de todo o esforço que fizemos para racionalizar o recrutamento de professores, temos no sistema 1858 professores com horários zero. Era o número no final de Setembro. Isto é preocupante. Significa que há alguma insuficiência do sistema e não estamos em condições para poder ter estes 1858 professores sem horário. **Voltando ao corte dos 600 milhões de euros na despesa: falou de 50 milhões na Área de Projecto. Como é que chegamos aos 450 milhões no ensino básico e secundário?** Há uma série de medidas já identificadas de cerca de 100 milhões. Há uma série de medidas estudadas de outros 100 milhões. Há cerca de 150 milhões de fundos comunitários que estamos a tentar captar para o ensino profissional, fazendo a substituição de OE por estes fundos. E há 100 milhões de medidas que estamos a identificar. **Qual a poupança com a supressão de Estudo Acompanhado?** No 3.º ciclo é de cerca de 17 milhões.

No 2.º ciclo, cerca de 15 milhões. Mas substituímos estas áreas [Área de Projecto e Estudo Acompanhado] pelo reforço de Português e Matemática, o que representa um acréscimo de despesa de 40 milhões. Foi obtida alguma poupança, mas sobretudo reforçaram-se as disciplinas fundamentais. O Estudo Acompanhado era dado por dois professores no 2.º ciclo. Uma turma de Matemática tem um professor. Uma hora de Estudo Acompanhado custava o dobro de uma hora de Matemática. Se utilizarmos de forma mais racional os professores do quadro, estamos a proteger o seu emprego e a evitar contratações suplementares. **Na proposta de OE defende-se a racionalização da rede escolar, aproveitando os recursos existentes. Isto significa que vão alargar os contratos de associação com escolas particulares?** Gostaríamos muito de ter um alargamento dos contratos de associação e de autonomia. Ao contrário de outras pessoas, não temos nada contra o ensino privado. Não vamos tentar suprir necessidades que já estão

resolvidas, e bem, com o ensino privado. É uma função do Estado facultar o ensino a todos, mas isso também se pode fazer com os contratos de associação. Têm as mesmas obrigações das escolas públicas, acolher todos os alunos gratuitamente, e alguns têm resultados fantásticos. **Ao longo deste ano vamos avaliar os contratos de autonomia que foram feitos [com 22 escolas públicas] e estudar como esta pode ser prolongada e alargada. Um dos vectores fundamentais do programa do Governo, e daquilo que esta equipa quer fazer, é dar mais autonomia às escolas.** Outro factor fundamental é que os alunos saibam mais. Não é admissível um aluno chegar ao 9.º ano, ao fim da escolaridade obrigatória, e ter dificuldade em ler um jornal. Não podemos pactuar com esta situação. **No orçamento está inscrita uma poupança de 54 milhões com a rede escolar. Quantas escolas do 1.º ciclo vão ser encerradas?** Vamos tentar encerrar mais umas 300. Digo tentar, porque isto não se faz por decreto. É um processo em

diálogo com as autarquias. **As autarquias também vão ser objecto de cortes. Algumas já alertaram que vão cortar, por exemplo, na área do transporte escolar. A oferta de serviços escolares não poderá ser afectada?** [suspiro com ar resignado] As autarquias estão com grandes dificuldades, sabemos disso. Herdámos uma dívida para as autarquias que estamos a tentar identificar e resolver. Vai ser um processo demorado. Nas actividades extracurriculares, que são da responsabilidade das autarquias, temos de ver também o que é essencial e o que é acessório. Se é só para manter as crianças nas escolas para ajudar os pais enquanto estão no trabalho, é uma coisa. Mas se é para lhes dar alguma componente educacional, então temos que pensar o que podemos fazer melhor. **E vai continuar o processo de fusão de agrupamentos?** O processo foi parado porque estava a ser conduzido de forma um pouco desconexa. É um processo que faz sentido quando permite uma melhor coordenação entre escolas. Vai continuar, mas com calma.



Entrevista Redução de transferências rondará os cem milhões, diz ministro

Modelo de financiamento para o ensino superior vai ser repensado no próximo ano

Clara Viana, João d'Espiney e Miguel Gaspar

Ministro diz que há universidades a mais e que as fusões são um caminho para conseguirem ser competitivas a nível internacional

● Qual é o valor da redução das transferências do Orçamento do Estado para as universidades e politécnicos?

A redução anda à volta de 100 milhões (8,5%). O montante das transferências será de cerca de 861 milhões. Para as universidades, incluindo as três que são fundações, 596,1 milhões; politécnicos 240,1 milhões e para as escolas superiores não-integradas 24,3.

Os reitores e presidentes dos politécnicos estão muito preocupados com a dimensão dos cortes. O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Rendas, afirma que Portugal vai perder competitividade com o resto da Europa. O reitor da Universidade de Lisboa, Sampaio da Nóvoa, diz que o "corte brutal" vai pôr em causa o funcionamento e a autonomia das universidades. No politécnico, há escolas que já fecharam e outras estão a caminho...

Compreendo que os reitores defendam as suas universidades. É perfeitamente legítimo e normal. Mas o que estamos a pedir a todos é que participem neste esforço conjunto. E julgo que as universidades têm demonstrado grande capacidade de inovação, de resistência, de funcionar mais com menos recursos e de obter mais receitas próprias. É preciso alguma racionalização de recursos, a par do encerramento de algumas ofertas e de pólos, que possam revelar-se menos necessários.

Há universidade e politécnicos que têm ofertas que não são necessárias?

Há algumas ofertas e alguns pólos que podem ser racionalizados. Vai tomar a iniciativa de promover essa racionalização?

Já falámos várias vezes com os reitores e continuaremos a fazê-lo e a acompanhar os seus esforços. Há a autonomia universitária mas queremos dialogar com os reitores para identificar esses casos e tentar ver como podemos ter uma política de afectação de recursos que melhore o essencial da oferta, mesmo que algumas coisas tenham de ser sacrificadas.

Defende a fusão de universidades? É um processo interessante.

Em Lisboa está a decorrer uma

Ministro admite encerramento de ofertas "menos necessárias"



MIGUEL MANSO

tentativa interessante [Universidade Técnica e Universidade Clássica] que é o um protótipo. Temos duas universidades que muito facilmente se fundem, porque têm ofertas diferentes. O que se está a passar em Lisboa insere-se num movimento geral de reforço da massa crítica nas universidades. Estamos a viver um processo de competição a nível mundial porque a oferta de ensino é vista também como capacidade de exportação. O ensino é um bem transaccionável. Por isso é que o presidente do CRUP diz que Portugal pode perder competitividade a nível europeu... Estou a falar da fusão de universidades. O movimento de agrupamento das universidades não permite situá-las melhor nesta concorrência internacional e na procura dos grandes projectos

internacionais. Para concorrer é necessário uma massa crítica que dê confiança e garantias aos parceiros internacionais e contratantes de que a universidade vai conseguir cumprir esse contrato. Mas ninguém defende cortes. Este é o orçamento possível e acarreta sacrifícios que tentamos minorar e reparar da melhor maneira possível.

O reitor de Lisboa diz que os cortes são de 25 por cento.

O corte líquido das transferências é de 8,5%. A esse corte podem-se somar outras parcelas. Mas há uma coisa importante que conseguimos e que corresponde às aspirações das universidades: na proposta de Orçamento do Estado conseguimos inserir a isenção das cativações sobre as receitas próprias. Isto é muito importante, porque existindo

“

O facto de termos poucas universidades de grande dimensão é uma coisa que pode ser ultrapassada com estes movimentos [de fusão].

Quinze [universidades] parece-me de mais.

Mas não quero avançar com um número

”

Ministério quer manter compromissos quanto às bolsas na Ciência

Governo tenciona canalizar fundos comunitários para o sector

Há bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia que se queixam de atrasos no pagamento das bolsas de investigação. O número de bolsas vai diminuir, tendo em conta que o orçamento da FCT caiu para os níveis de 2006?

Não quero adiantar coisas concretas sobre isso antes do Orçamento do Estado ser aprovado. O que posso dizer é que vamos procurar sobretudo duas coisas: manter os compromissos que temos tanto em bolsas como em contratos, parcerias,

racionalizando e renegociando alguns; e vamos procurar continuar a apoiar e reforçar o apoio à excelência. Estamos a privilegiar o apoio aos cientistas, aos centros com classificação internacional de excelência. São essas áreas que no fundo puxam pelas outras e que nos permitem competir internacionalmente. Estamos a procurar que a Ciência seja particularmente protegida e que o investimento na melhor ciência não seja prejudicado. **Os cortes não põem em causa esse objectivo?**

Com menos recursos podemos proteger as coisas essenciais na Ciência. Estamos a fazer um grande esforço para a substituição de fundos nacionais por comunitários. Julgo que vamos ultrapassar este momento difícil e manter o nível de apoio à Ciência. É uma área que foi muito protegida nos últimos 20 anos e que teve um carinho especial de sucessivos Governos. É uma área em que se fizeram grandes progressos e progressos sustentados. Há outras áreas em que se fizeram progressos, mas não foram sustentados.

cativações nas receitas próprias há um menor incentivo à sua captação através de contratos de investigação, de projectos internacionais ou de consultoria. Há outro aspecto, quase semiótico, mas que é importante: quando a universidade tem uma certa dimensão, aparece mais bem situada nos rankings. O facto de termos poucas universidades de grande dimensão pode ser ultrapassado com estes movimentos.

Temos 15 universidades. Qual acha que deveria ser o número para um país como Portugal?

Quinze parece-me de mais. Mas não quero avançar um número.

O modelo de financiamento do ensino superior vai ser alterado?

Este ano fizemos o que era possível com o tempo que tínhamos. Foi olhar para a execução orçamental do ensino superior e distribuir o dinheiro pelas universidades de acordo com a mesma fórmula do ano passado. Seria completamente desparatado em um mês ou dois tentar repensar a fórmula de distribuição de dinheiro pelas universidades. Mas vamos ter de repensar isso tudo para o ano.

Com que objectivo?

Está tudo em aberto.

Que critérios é que poderão entrar?

Vamos pensar nisso. Já começaram a pagar as bolsas de estudo?

Ainda não.

Tem ideia de quantos alunos perdem direito à bolsa com o novo regulamento?

Ainda não. O novo regulamento foi feito de forma a acomodar aproximadamente o mesmo número de alunos. E a acomodar as mesmas necessidades de uma forma mais justa. Não é um regulamento perfeito. Mas corrigimos algumas imperfeições. Chegou a dizer que o valor da bolsa máxima se mantinha. Há quem diga que muitos alunos vão passar a receber 11 indexantes dos Apoios Sociais e não 12 como no anterior regulamento. É natural que haja estudantes que passem a receber menos e outros que passem a receber mais. Não há um modelo perfeito. O valor mais alto de bolsa paga mantém-se o mesmo.

Já está concluída a investigação da Inspeção-Geral da Educação ao caso dos alunos de Medicina que entraram no ensino superior pela via do ensino recorrente?

A inspecção está a ser finalizada e os resultados serão conhecidos em breve, mas ficou claro que é preciso alterar as regras de acesso ao ensino superior. Estão a ser estudadas algumas mudanças, que entrarão em vigor progressivamente nos próximos anos.



Vai haver forte contenção na contratação de professores

Em entrevista exclusiva, Nuno Crato invoca “choque com a realidade” e explica as suas prioridades políticas